

**INSPER – INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
ECONOMIA**

EDUARDO ROCHA DOS SANTOS COSIM

**IMPACTO DAS INSTITUIÇÕES NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE
PAÍSES LATINO-AMERICANOS (1990-2020)**

SÃO PAULO – SP

2022

EDUARDO ROCHA DOS SANTOS COSIM

**IMPACTO DAS INSTITUIÇÕES NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE
PAÍSES LATINO-AMERICANOS (1990-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Economia do Instituto de Ensino e Pesquisa
INSPER, como pré-requisito para a obtenção do Título
de Bacharel em Economia

Orientador: professor Fernando Ribeiro Leite Neto

SÃO PAULO – SP

2022

RESUMO

Este trabalho estabelece que a teoria neoclássica não é capaz de explicar, de maneira independente, o processo de crescimento econômico dos países. Assim, é necessário entender como aspectos menos palpáveis, como as instituições, afetam as dinâmicas de crescimento das nações. Desta maneira, este trabalho foca em estabelecer paralelos entre as instituições presentes na América Latina, e compará-las com as dos Estados Unidos. A análise é feita tanto de maneira literária, utilizando diversos momentos da história destas nações, principalmente o momento do estabelecimento das instituições no período colonial; quanto através de indicadores atuais que podem sinalizar esta discrepância da eficiência das instituições, e o conseqüente distanciamento do crescimento econômico da América Latina e dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Instituições; Crescimento Econômico; América Latina; Estados Unidos; Colonização

ABSTRACT

This paper establishes that the neoclassical theory is not able to explain, independently, the process of economic growth related to the countries around the world. Thus, it is necessary to understand how less tangible aspects, such as Institutions, affect the growth dynamics of nations. In addition, this paper focuses on establishing parallels between the Institutions present in Latin America and comparing them with those in the United States. The analysis is done both in a literary way, using different moments in the history of these nations, mainly the moment of the establishment of those Institutions in the colonial period; and also through current indicators that can indicate this discrepancy in the efficiency of those Institutions, and consequently the economic growth detachment between Latin America and the United States.

Keywords: Institutions; Economic Growth; Latin America; United States; Colonization

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. CAPÍTULO 1 – Instituições e Crescimento Econômico	7
2.1. Colonização, Instituições e Trajetória Econômica	9
3. CAPÍTULO 2 – Desempenho Macroeconômico da América Latina (1990-2020)	16
4. CAPÍTULO 3 – Instituições na América Latina	22
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico dos países não pode ser explicado única e exclusivamente pela teoria neoclássica do desenvolvimento econômico tais como o primeiro modelo de Solow (Solow, 1956), o segundo modelo de Solow (Solow, 1957), o modelo de Gerschenkron (Gerschenkron, 1952), o modelo de Abramovitz (Abramovitz, 1986), assim como o modelo elaborado por Mankiw, Romer e Weil (MRW, 1992), entre outros. Isso ocorre uma vez que essa teoria é baseada principalmente em modelos de equilíbrio estático, enquanto a realidade é pautada em inúmeras incertezas e mudanças recorrentes.

Em tempos passados, esses modelos de equilíbrio estático mostravam-se satisfatórios pelo fato das mudanças acontecerem de maneira menos recorrente do que atualmente; além disso, fatores que fossem de difícil mensuração não eram levados em consideração em tais modelos, e sim aspectos mais quantitativos como PIB, Investimento Estrangeiro Direto, Nível de Escolaridade, Produtividade, entre outros.

É necessário que haja a inclusão da variável instituições em modelos de crescimento econômico de países, para que estes sejam mais completos e fiéis a realidade. Isso porque essa variável consegue definir, em certa medida, como fatores de difícil mensuração conseguem impactar o crescimento econômico de um país, além de ajudar a explicar aspectos econômicos e políticos dos países. As instituições de um país conseguem definir se naquele local as pessoas são mais adeptas a atividades econômicas e políticas inclusivas ou não, por exemplo. Ademais, é natural pensar que países nos quais as instituições são mais críveis, ou seja, o governo daquele local consegue cumprir com as coisas que estabelece, gere mais confiança e, portanto, tenha menores custos de transação.

Vale ressaltar que teorias do passado descreviam que as bases do crescimento econômico dos países estavam ligadas à fatores como: clima, localização geográfica, cultura, entre outros. Assim, com esses fatores, estavam relacionados aspectos como esforço do trabalho, produtividade, e desta maneira, o sucesso, e conseqüentemente, crescimento das nações (SMITH, [1776], 1982).

um país, relacionada a direitos de propriedade. Essa variável é relevante uma vez que os agentes de um país perdem sua confiança de investir seus recursos, quando eles se sentem inseguros com seus direitos de propriedade. Assim, é possível perceber que os países latino-americanos não se encontram nas posições de destaque nesta figura, enquanto países europeus sim.

O objetivo central desta pesquisa é entender a ligação entre crescimento econômico dos países latino-americanos com as suas instituições vigentes. Assim, será feita uma análise das mudanças institucionais desses países, e serão propostos cenários que possam gerar ambientes mais favoráveis para estes países em termos de crescimento econômico.

2. CAPÍTULO 1 – Instituições e Crescimento Econômico

Acemoglu e Robinson(2012) trazem evidências de como diferentes países operando com determinadas instituições, realizando distintas trajetórias econômicas.

O primeiro exemplo citado no capítulo inicial da obra diz respeito a cidade de Nogales. Esta cidade é dividida ao meio por uma cerca, sendo que ao Norte da cerca encontra-se Arizona, e ao Sul encontra-se Sonora. Na parte superior da fronteira existe uma população majoritariamente alfabetizada, com recursos financeiros elevados, alta expectativa de vida, e o governo deste local disponibiliza diversos serviços públicos para a sua população. Como por exemplo, eletricidade, telefonia, saúde pública, lei, ordem, entre outros. Ademais, a população do Arizona não precisa se preocupar com possíveis roubos, expropriações, ou outros fatores que possam trazer riscos aos investimentos desta sociedade em relação aos seus bens. Por fim, e provavelmente o mais importante aspecto desta parte da cidade, é que a população consegue caracterizar o seu governo como seu agente, isto é, eles decidem quem comandará aquele local através de votações, sendo assim um local democrático (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012).

Por outro lado, ao Sul da cerca, encontra-se Sonora. Esta parte da cidade, não tão rica quanto a parte do Norte, apresenta uma renda familiar inferior, a maioria de seus habitantes são analfabetos, os serviços públicos são precários, e a lei e ordem

do local não são completamente assegurados. O crime nessa parte da cidade é recorrente, o direito de propriedade não é bem estabelecido, e a criação de empresas é dificultada por uma burocracia enorme. Assim, é possível caracterizar tal parte da cidade como rodeada por corrupção (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012).

A pergunta feita na obra a respeito dessas situações opostas é: como cidades divididas apenas por uma cerca conseguem ter contextos e qualidades de vida completamente distintas? Por incrível que pareça, a resposta é mais elaborada do que apenas dizer que uma cidade se encontra em território norte americano, e a outra em território mexicano. As condições climáticas são as mesmas, os ancestrais são parecidos, eles têm costumes parecidos. Então o que pode ter levado a tamanha discrepância de realidade? Não apenas a diferença dos países que cada cidade se encontra levou a este resultado, mas principalmente as instituições vigentes em cada um dos territórios.

Olhando para o lado dos Estados Unidos, os seus habitantes se deparam com instituições econômicas americanas, as quais lhes asseguram: poder escolher suas tarefas livremente, optar por estudar, estimular os trabalhadores a investir em melhoras operacionais. Além disso, eles também se deparam com as respectivas instituições políticas caracterizadas por: participação no processo de escolha de seus governantes; estes governantes se dedicam a oferecer os serviços públicos básicos para a sua população.

Contudo, a população mexicana não possui instituições com as mesmas características descritas acima. As instituições tanto econômicas, quanto políticas, são completamente distintas, não asseguram os mesmos atributos, e assim, gera uma realidade como a vista em Sonora. Os habitantes possuem os incentivos para comportar da maneira pela qual as instituições de seu país se apresentam. Ou seja, as motivações criadas pelas instituições de cada um desses dois lugares é o principal motivo da diferença no nível de perspectiva de crescimento econômico de cada uma das localidades.

Torna-se uma boa representação inicial esta diferença retratada acima, de cidades vizinhas com realidades completamente diferentes, uma vez que isso se estabeleceu em diversos momentos ao longo da história. É interessante notar ao longo da obra que na maioria dos casos, as cidades podem ser as mais semelhantes

possíveis, com condições de terem crescimento muito parecidos, mas as instituições são os fatores preponderantes para que no final do dia o crescimento seja de fato contínuo ou errático.

Os motivos pelos quais as instituições norte americanas se tornaram mais eficientes do que as de diversos outros países, em específico os latino-americanos, podem ser entendidos através da formação de cada uma destas nações, principalmente no período colonial destas.

2.1. Colonização, Instituições e Trajetória Econômica

Um aspecto relevante para se entender por que os países latino-americanos apresentam tais instituições ineficientes atualmente, está diretamente ligado a como ocorreu a colonização da América pelos espanhóis. Segundo Acemoglu e Robinson (2012), o legado de como ocorreu tal colonização acarretou justamente nas instituições atuais.

Acemoglu e Robinson (2012) abordam o tema da colonização da América evidenciando o padrão de colonização adotado pelos espanhóis. Houve uma semelhança entre todos os países da América Espanhola. Foram poucas as diferenças na colonização do Paraguai, México, Peru, Bolívia, entre outros. Na totalidade destes territórios latino-americanos a conduta da colonização espanhola foi caracterizada por instituições muito similares. No primeiro momento, os colonizadores saqueavam a procura de metais preciosos, em seguida eles estabeleciam instituições pautadas na exploração dos povos locais, sendo essas instituições: *mita*, *repartimiento*, *encomienda*.

O objetivo de implementar essas estratégias era justamente deixar os indígenas com a menor quantidade possível de seus pais para sua sobrevivência, e repassar o excedente para a metrópole espanhola. Essa conduta de criar instituições extrativistas geraram muita riqueza para a Espanha, mas em detrimento da pobreza dos povos colonizados. E as consequências destas explorações não tiveram seus impactos limitados aquela época; eles perduram até dias atuais.

Por outro lado, na Virginia, segundo Acemoglu e Robinson (2012), os primeiros momentos da colonização inglesa na América mostram-se semelhantes à colonização espanhola ao sul do continente. De fato, nos primeiros momentos o objetivo dos ingleses era operar com a mesma conduta de seus vizinhos espanhóis: primeiramente tentar capturar o líder local daquela terra na América, e utilizá-lo como um meio de conseguir riquezas e obrigar a população a trabalhar para os colonizadores.

Contudo, chegando em *Jamestown*, os colonos ingleses entenderam que não seria possível colonizar aquela região com a mesma maneira fácil de exploração de regiões como Peru e México; naquele local não havia metais preciosos, não seria fácil obrigar os indígenas a trabalharem para os colonos ingleses. Desta maneira, os ingleses perceberam que para o investimento naquela colônia fosse positivo, as pessoas que deveriam se esforçar e trabalhar naquela região eram os próprios colonizadores; esta opção nunca havia sido cogitada por eles.

Instaurou-se então um novo modelo de ocupação daquela terra pautado na exploração dos colonos. Depois de algum tempo, e do fracasso deste modelo, os ingleses recorrem a uma nova maneira radical de atuar nas colônias da América: fornecer incentivos para os colonos habitarem e trabalharem no Novo Mundo. Era o início, portanto, da democracia nos Estados Unidos. Assim, torna-se notável que a conduta que funcionou para um certo período de tempo para os espanhóis com instituições extrativistas na colônia, não funcionou para os britânicos, e justamente por isso foi possível criar uma democracia de maneira tão rápida nos Estados Unidos. Pela diferença considerável nas instituições estabelecidas em cada local.

Dessa forma, Acemoglu e Robinson (2012) esclarecem o porquê da discrepância atual vista no crescimento econômico dos países da América Latina em comparação com, por exemplo, os Estados Unidos. Instituições distintas nesses dois lugares geraram (e seguem gerando) diferentes incentivos em cada um desses locais. Assim, os Estados Unidos são mais ricos do que todos os países latino-americanos principalmente pela maneira como as instituições políticas e econômicas geram incentivos para os indivíduos, para as empresas, etc. Os incentivos econômicos estão ligados à educação, poupar e investir seu dinheiro com segurança, motivação para inovar e ter destruições criativas. Contudo, é necessário dizer que são as instituições políticas que estabelecem essa base para as instituições econômicas poderem

performar na sociedade; elas são capazes de estabelecer a capacidade dos cidadãos em escolher seus políticos, criar constituições escritas, compreender como o Estado deve agir.

É necessário estabelecer também que, apesar de toda essa importância nas instituições para a prosperidade de um país, deve-se levar em conta as capacidades individuais das pessoas para obter tal êxito. Contudo, a base para uma condição favorável para as pessoas atingirem seu melhor potencial são justamente instituições bem estabelecidas, e que reservem certos direitos e deveres que levarão à excelência. Uma vez mais, Acemoglu e Robinson (2012) usam o exemplo de Bill Gates, de fato era uma pessoa extraordinária, e por este motivo obteve tanto sucesso em sua carreira, mas é necessário levar em conta que ele respondeu a incentivos estabelecidos pelas instituições norte-americanas, como por exemplo fundar empresas com facilidade, um ambiente competitivo, um mercado de trabalho inclusivo. Além disso, as instituições políticas asseguraram a Bill Gates que não havia a possibilidade de uma pessoa virar soberana, e acabar com a democracia.

Por fim, cada padrão institucional encontrado hoje em um país não se estabelece por medidas de curto prazo, e sim por estratégias e ações tomadas na formação dessas nações, que são perpetuadas até hoje. Por esse motivo se torna uma tarefa tão difícil exterminar a pobreza de países subdesenvolvidos, as instituições são enraizadas naqueles locais.

Mais uma evidência é trazida por Acemoglu e Robinson (2012) ao analisarem a situação da União Soviética, a qual estava fadada a ter um crescimento insustentável ao longo do tempo. Os motivos elencados pelos autores vão de encontro com a importância das instituições eficientes, já que eles demonstram que como o modelo soviético era baseado em instituições extrativas, com as decisões sendo tomadas de maneira unilateral, isso fez com que houvesse uma falha em modelar um sistema de incentivos e destruição criativa para a população. Consequentemente, o crescimento que ocorria estava destinado a ser de curto prazo sem as inovações necessárias, com incentivos perversos barrando a criatividade e inovação necessárias para o crescimento econômico sustentável. Seria necessário que houvesse um sistema político com instituições mais inclusivas, e com uma economia menos extrativa, para que o resultado fosse melhor. O exemplo desta situação mais favorável

que eles citam ao longo do texto é da Inglaterra na Revolução Industrial, após a Revolução Gloriosa.

De acordo com Douglas North (1973), as sociedades que conseguirem promover incentivos e oportunidades para investimentos serão mais ricas do que aquelas que não obtiverem êxito neste aspecto. É possível entender que as nações obterão êxito nestes quesitos caso haja instituições apropriadas para tal. Além disso, em sua obra "*Structure and Change in Economic History*" ele faz referência justamente a este aspecto ao dizer que: a razão principal para existirem diferentes taxas de crescimento entre países europeus no século XVII está relacionada com a credibilidade e existência de direitos de propriedade nessas determinadas nações. Isto é, locais nos quais as pessoas possuíam direitos, e viam que o Estado iria além de prover, assegurar estes direitos, fazia com que a sociedade como um todo conseguisse investir, e conseqüentemente produzir mais.

North (1973) serve de referência para o tema deste trabalho por trazer diversos exemplos históricos da importância das instituições para o desenvolvimento dos países. Vale ressaltar que em sua obra North (1973) também esclarece a importância da existência de instituições; de acordo com o autor, elas existem com o propósito principal de reduzir a incerteza. Em um mundo que não houvesse instituições a sociedade não saberia como lidar em conjunto, desta maneira, as instituições servem como um sistema de incentivos que estruturam a interação das pessoas dentro de uma sociedade. Elas conseguiriam tornar mais palpáveis as relações interpessoais das pessoas no dia a dia, estabelecendo-se assim que além de reduzir a incerteza em uma nação, as instituições teriam o poder também de promover a resolução de problemas de maneira eficaz.

Assim, o autor deixa claro que as instituições são capazes de estruturar as interações humanas, e também de formar incentivos e desincentivos para que os cidadãos se comportem de uma determinada maneira; caso tais instituições sejam eficazes, elas estruturam e também incentivam os âmbitos econômicos, políticos e sociais daquele país em questão. A definição de instituições estaria relacionada com regras formais, restrições informais, e a aplicabilidade destas em um contexto específico; as regras formais seriam por exemplo, as leis dos locais; as normais

informais seriam os aspectos do dia a dia encontrados de maneiras completamente distintas em cada país, e por este motivo de difícil caracterização.

Vale ressaltar que, de acordo com a obra de Alessandro Morselli (2021), as mudanças institucionais se mostram como determinantes para reduzir as incertezas de uma sociedade ao longo do tempo, isso porque ocorre uma mudança na estrutura de incentivos dos indivíduos. Ademais, Morselli (2021) diz que as crenças e ideologias se encaixam nessa argumentação, e que ambos se tratam dos dois mais importantes fatores para que ocorram mudanças em uma sociedade; cita-se o auge e declínio da União Soviética como exemplo. Neste aspecto das crenças, o autor destaca que entender o processo de mudança das perspectivas individuais e coletivas passa muito pelo entendimento que as pessoas têm um conhecimento imperfeito da realidade.

Assim, as crenças pautam as escolhas individuais, que conseqüentemente moldam as mudanças na sociedade em si. No final desta argumentação de crenças e incertezas individuais ajudando a moldar instituições, Morselli diz que a existência de um determinado contexto econômico advém de agentes que tem escolhas individuais, das instituições, e da estrutura passada daquele local, e assim, as crenças são o primeiro caminho para entender o processo que levará ao possível crescimento econômico.

Em seguida, Morselli (2021) também indica que é possível observar que uma melhora na qualidade das instituições gera um impacto proporcional na produtividade marginal do capital em “steady-state”. Ou seja, instituições eficientes conseguem aumentar retornos de investimentos, e aumenta o acúmulo de capital. Assim, o desenvolvimento deveria ser identificado como um processo que se inicia com as mudanças institucionais, e que permite a mudança das instituições ineficientes olhando para o crescimento econômico de um país. Morselli cita que a transformação principal de um país subdesenvolvido em relação a um desenvolvido depende majoritariamente na mudança de valores e do equilíbrio de poderes dentre diversos grupos sociais.

Ademais, de acordo com a obra de Niall Ferguson (2016), podemos entender quão determinantes foram as instituições na colonização da América, estabelecendo que o verdadeiro significado da colonização das Américas é que ela foi um dos maiores experimento naturais da história. Isso porque, fazendo o seguinte

experimento: pegue as culturas tanto dos britânicos no Norte, quanto os espanhóis e portugueses no Sul, exporte-as, e imponha essa cultura sobre um determinado número de povos e terras diferentes. No final, veja quais dos povos tem um crescimento mais contínuo.

Ferguson (2016) cita também que o fator que levou a uma diferença significativa entre a América britânica e a ibérica seria uma ideia. Uma ideia sobre o modo como as pessoas deveriam ser governadas. Contudo, isso não quer dizer que essa ideia tem o mesmo sentido de democracia, e não significa que qualquer país pode adotar essa ideia de maneira repentina apenas convocando eleições. A democracia se estabelece como o resultado final desta ideia, sendo que a base é determinada pelo Estado de direito, isto é, a garantia da liberdade individual e a segurança dos direitos de propriedade privada garantidos por um governo representativo.

Outra analogia retratada por Ferguson (2016) das diferentes colonizações, e conseqüentemente diferentes instituições, da América britânica e ibérica, se dá através de dois navios. Estes navios tiveram diferentes destinos: um deles iria desembarcar no Equador e o outro na Carolina do Sul. No entanto, as principais diferenças destas duas viagens não podem ser limitadas apenas aos portos em que cada embarcação iria chegar. Em um dos navios havia conquistadores, no outro eram servos por contrato. Um dos grupos tinha o sonho de riqueza rápida através de montantes de ouro; os outros tinham o conhecimento que teriam que trabalhar diversos anos para conseguirem no final estabelecerem-se na América com alguma riqueza, mas essa riqueza seria muito mais atraente: terras norte-americanas de qualidade. Além de terras, essas pessoas poderiam ter, conseqüentemente, participação no processo de criação de leis. Assim, se estabelece uma das instituições mais fortes que pode ter definido o rumo de cada uma das colonizações: propriedade mais representação no território norte-americano.

No decorrer de sua obra, Ferguson (2016) argumenta que é necessário entender a importância atribuída a dois fatores para entender as colonizações: a disponibilidade de recursos de cada um dos territórios colonizados, mas também das instituições trazidas pelos europeus nestas colonizações. Isso porque seria intuitivo argumentar que qualquer metrópole que fosse colonizar um país com uma abundância

de recursos adotaria certas instituições determinadas a apenas explorá-lo, sem pensar no desenvolvimento sustentável; e por outro lado países sem recurso seriam colonizados com instituições que promovessem o crescimento sem se pautar na exploração. Assim, se as condições iniciais foram determinantes, não importa se os ingleses ou os espanhóis que chegaram ao Peru, por exemplo, o resultado teria sido muito similar para este país, uma vez que os ingleses teriam sido tentados a adotarem o modelo de colonização de exploração estabelecido pelos espanhóis.

Por outro lado, caso se considere que o fator essencial nas colonizações foram as instituições e não as condições iniciais, é possível ter outro entendimento da história. Em sua maioria, a colonização britânica obteve resultados melhores em relação a crescimento econômico do que as colonizações espanhola e portuguesa. Por exemplo, comparando locais como Arizona e México, Hong Kong e Manila. Assim, seria possível induzir que possivelmente uma colonização britânica de países como México e Peru, traria resultados mais significantes em relação a crescimento econômico destes países muito por conta das instituições que seriam estabelecidas aqui. O mesmo vale para a colonização espanhola na América do Norte, que possivelmente criaria uma região relativamente empobrecida e dividida em vários estados.

A mentalidade de exploração, de não garantir propriedade privada aos cidadãos, e de restringir a liberdade individual, trazida pelos ibéricos, pode ser vista nas falas de Simón Bolívar, em Ferguson (2016), quando ele compara os governos da América do Norte e da América Latina. Para ele, a constituição decretada nos Estados Unidos demandaria uma “república de santos” para funcionar, e por isso não poderia ter êxito na América do Sul. Ademais, o sonho de Bolívar era instaurar uma ditadura, e não democracia na Venezuela, já que conforme ele afirmou no Manifesto de Cartagena a população daquele país não era capaz de exercer os seus direitos por si mesmo, eles careciam de virtudes políticas. Ele ainda diz que era impossível colocar as leis acima dos líderes, e os princípios acima dos homens. Desta maneira, fica claro como diferentes maneiras de pensar a respeito de certas liberdades e direitos tiveram papéis essenciais para o rumo das nações latino-americanas. A centralização, a falta de direitos, a pouca representatividade foram cada vez mais se instaurando nos países da América Latina, destruindo a possibilidade de crescimento econômico sustentável.

Esses manifestos e declarações retratados em séculos passados não se distanciam de posicionamentos recentes de presidentes de países latino-americanos. Em 2010, Hugo Chávez se intitulou o Bolívar moderno, mostrando o quanto ele valoriza o pensamento e valores do antigo ditador. No governo de Chávez a polícia e a mídia eram usadas como armas contra os opositores, os direitos de propriedade privada eram rotineiramente violados, e a constituição é mudada constantemente por Chávez a fim de benefício próprio. Fica evidente como a maneira de pensar pouco mudou de séculos passados, além das instituições ibéricas estarem enraizadas em certos países da América Latina, como a Venezuela; assim, o crescimento do país mostra-se improvável, e a trajetória ao fracasso continua.

Ferguson (2016) mostra quão evidente é o contraste entre as revoluções e respectivas constituições dos Estados Unidos e da Venezuela. No país norte-americano a constituição é modificável, porém inviolável; no país latino-americano existem 26 constituições, todas substituíveis. Nos Estados Unidos a constituição tem o propósito de servir como base para um governo de leis, e não de homens; na América Latina, as constituições são usadas como instrumento para destruir o próprio Estado de direito.

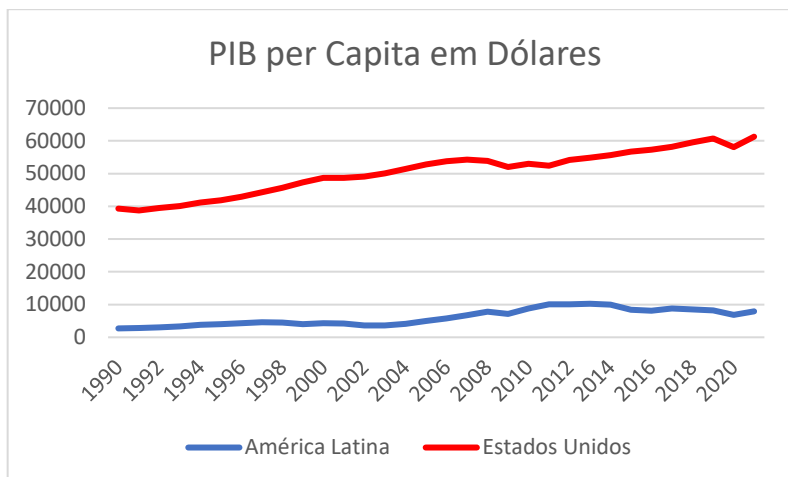
A América do Norte estava, e ainda está, em perspectivas melhores que a da América do Sul muito por conta do modelo britânico de direitos de propriedade privada e democracia amplamente distribuídos que funciona de maneira mais eficiente que o modelo espanhol de riqueza concentrada e autoritarismo.

3. CAPÍTULO 2 – Desempenho Macroeconômico da América Latina (1990-2020)

Será necessário ir mais afundo sobre a distinção das diferentes instituições, e mais do que isso, entender como essas instituições performaram ao longo da história na América Latina, e como elas se encontram hoje.

Para isto, foi necessário criar gráficos para entender o crescimento econômico dos países latino-americanos com instituições ineficientes, e compará-los com o benchmark norte americano, com instituições eficientes.

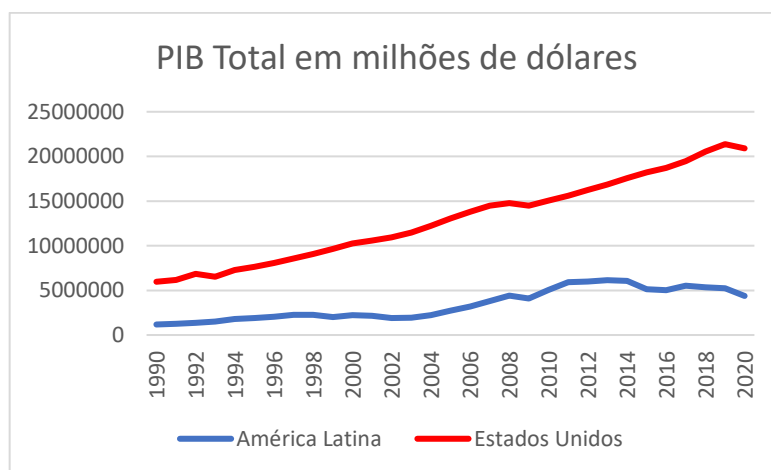
Gráfico 2 – PIB per Capita da América Latina e dos Estados Unidos (em dólares). 1990-2020



Fonte 1 - Banco Mundial(2020)

Olhando para este primeiro gráfico fica evidente que o crescimento do PIB per capita americano foi muito mais expressivo desde 1990, do que todos os países da América Latina. Neste caso, não importa o valor absoluto, mas sim a trajetória da curva, e quanto essa diferença aumentou ao longo dos anos.

Gráfico 3 – PIB Total da América Latina e dos Estados Unidos (em milhões de dólares). 1990-2020

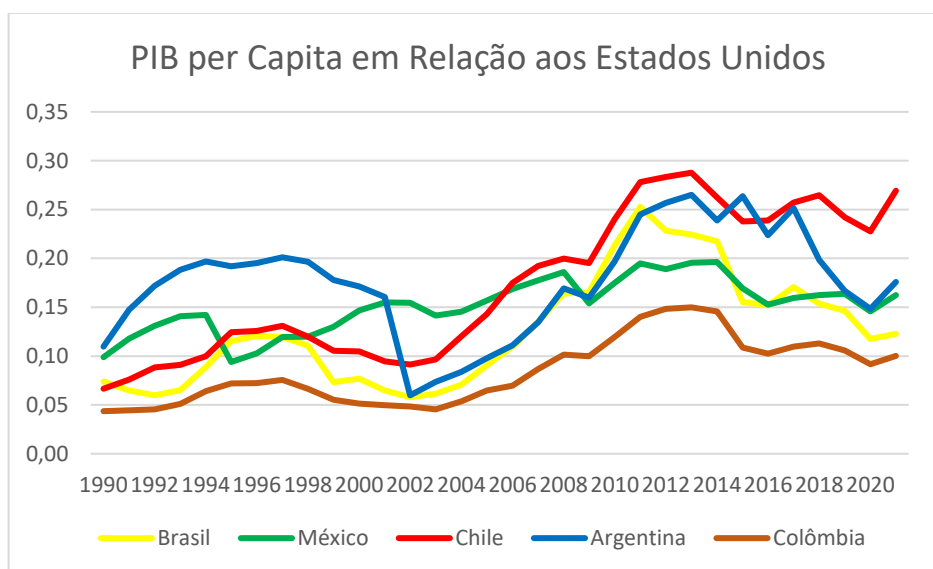


Fonte 2 - Banco Mundial(2020)

Neste segundo gráfico, novamente fica evidente que os países da América Latina não conseguiram desempenhar uma mesma trajetória ascendente que os

Estados Unidos tiveram. O crescimento da América Latina em relação ao PIB anual foi mais errático, do que o dos norte-americanos.

Gráfico 4 – PIB per Capita do Brasil, México, Chile, Argentina e Colômbia em relação ao PIB per Capita dos Estados Unidos (em porcentagem). 1990-2020



Fonte 3 - Banco Mundial (2020)

Este último gráfico foi criado da seguinte maneira: dividindo-se o PIB per capita de cada um dos países do gráfico pelo PIB per Capita dos Estados Unidos. O intuito era entender se a distância desse PIB per capita estava diminuindo ou aumentando com o tempo. No geral, é possível ver que a distância de fato está sendo encurtada, contudo esse movimento é lento, e não chega nem aos 30% do PIB per capita norte americano.

Esses dados ajudam a corroborar toda tese vista no capítulo 1, ou seja, que com instituições econômicas e políticas mais bem estabelecidas, os Estados Unidos conseguem obter um PIB per capita cada vez maior com o tempo, sendo essa a proxy deste estudo de crescimento econômico. Contudo, isso não ocorre de maneira expressiva com os países latino-americanos.

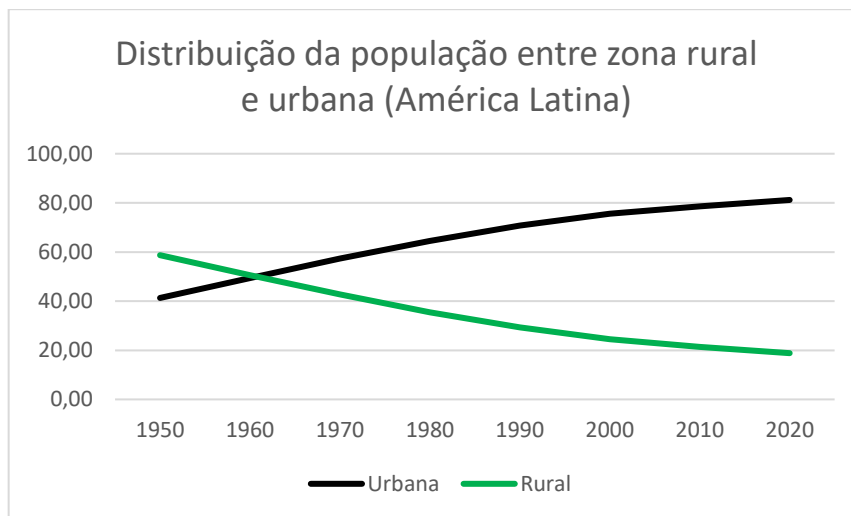
Gráfico 5 – Taxa de Analfabetismo para pessoas com mais de 15 anos na América Latina (em porcentagem). 2000-2020



Fonte 4 – CEPAL (2020)

O gráfico 5 retrata a taxa de analfabetismo presente nos países latino-americanos, e a sua trajetória nos últimos 20 anos. Infelizmente não foram encontrados dados suficientes para uma comparação com o benchmark norte-americano, contudo, é possível ter uma intuição a respeito das informações deste gráfico. Apesar da taxa de analfabetismo estar em queda nos últimos anos, ainda existe 51 milhões de pessoas na América Latina que são analfabetas. Ou seja, ainda existe um número expressivo de pessoas que estão em idades ativas para trabalhar, contudo não possuem os conhecimentos escolares necessários para tal.

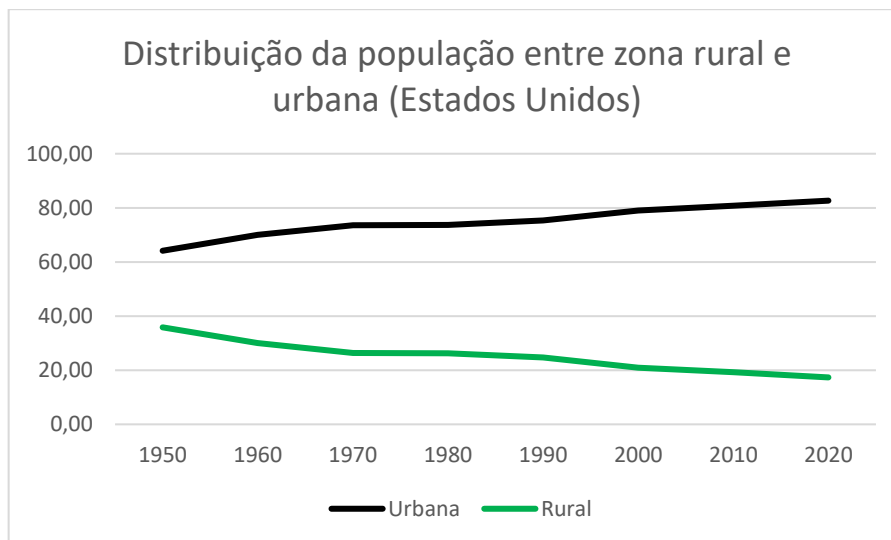
Gráfico 6 – Distribuição da população da América Latina entre zona rural e zona urbana(em porcentagem). 1950-2020



Fonte 5 – CEPAL (2020) e Statista (2020)

Analisando o gráfico 6 fica evidente que nas últimas décadas a tendência das populações latino-americanas é de fato irem para áreas mais urbanas. A partir da década de 1960, os países da América Latina passaram a ter a maioria das suas populações nas cidades pela primeira vez. Isso é uma proxy de um desenvolvimento destes países, pelo fato destes países terem pessoas migrando para oportunidades de trabalho que requerem mais informação, mais tecnologia, com um polo mais concentrado de pessoas. Olhando para os países mais desenvolvidos do mundo, a distribuição da população é majoritariamente com pessoas fora da área rural, e isso vem ocorrendo na América Latina, sendo assim um indicativo de uma tendência a um crescimento mais sustentável, menos voltado a agricultura e pecuária.

Gráfico 7 – Distribuição da população dos Estados Unidos entre zona rural e zona urbana(em porcentagem). 1950-2020



Fonte 6 – CEPAL (2020) e Statista (2020)

Por outro lado, olhando para o gráfico 7, o recorte temporal é o mesmo do gráfico 6, contudo a trajetória de possuir uma maior parte da população nas cidades nos Estados Unidos é algo estabelecido antes mesmo de 1950. Ou seja, enquanto os países latino-americanos até 1960 apresentavam suas populações bem divididas entre o campo e as cidades, os norte-americanos já apresentavam números mais representativos de populações urbanas, indicando o foco de atuação desse país em relação as atividades econômicas prioritárias dele.

De acordo com a análise empírica feito no estudo de Luisa Blanco (2013), um fator determinante para que haja uma diferença no desenvolvimento econômico de países latino-americanos, em relação aos países mais desenvolvidos (Estados Unidos, por exemplo), é a o desenvolvimento do sistema financeiro daquele país. Ou seja, o risco país daquele local, a facilidade de se obter crédito, o risco financeiro e político, entre outros fatores que juntos montam a variável “sistema financeiro”. Após realizar as regressões de seu modelo, a conclusão que Blanco (2013) chega é que o impacto de um desenvolvimento financeiro no crescimento econômico de um país possui dois caminhos. Caso o país seja uma nação rica na América Latina, um sistema financeiro desenvolvido de fato irá fazer com que ele tenha um crescimento econômico constante; contudo, caso esse país seja mais pobre na América Latina,

um sistema financeiro desenvolvido pode ter impactos negativos no crescimento econômico. Assim, a conclusão que o estudo chega é que as reformas financeiras devem ser prioritárias nestes países que são considerados mais ricos na América Latina, com o intuito de se aproximarem cada vez mais dos países desenvolvidos; por outro lado, a suposição que a autora faz para os países mais pobres da América Latina não possuírem essa urgência por uma reforma financeira está estritamente atrelada com o tema de instituições.

As instituições destes países mais pobres são tão ineficientes que devem ser readequadas com mais urgência do que as reformas financeiras. Isso porque depois de as instituições destes países mais pobres se tornarem mais críveis, as reformas financeiras gerariam mais impacto, e então conseguiriam ser um bom motor para o crescimento econômico daquela nação.

Outro fator interessante trazido no estudo de Blanco (2013) é que a variável mais relevante em termos estatísticos para a variável desenvolvimento financeiro é o grau de abertura financeira daquela economia. Ou seja, quanto mais fechada for a nação em relação a comercialização, mais ela tenderá a se prejudicar.

4. CAPÍTULO 3 – Instituições na América Latina

Estudando o texto de Gudynas (2019) foi possível identificar em sua análise que um dos mecanismos mais improdutivos, porém de maior uso, das elites latino-americanas para distribuir os retornos das instituições extrativistas é através da corrupção. Em sua obra, são levantados 139 casos de corrupção, dentre eles o da Petrobras, Odebrecht, entre outros. A presença destes escândalos de corrupção escancara justamente a questão central deste texto: os incentivos que as instituições trazem. Caso a América Latina fosse um lugar com direitos de propriedade bem estabelecidos, motivação contínua para inovação, destruição criativa, lei e ordem confiáveis, tais escândalos não ocorreriam.

Ademais, analisando a obra de Coatsworth (2005), ele retrata que para os chamados estruturalistas o fator determinante para o sucesso, ou fracasso, econômico das nações estava estritamente ligado com as instituições do local. Assim, fazendo uma análise histórica, Coatsworth (2005) mostra que a deterioração dos

termos de troca, a qual ele acredita que tenha sido mais forte nos países latino-americanos, não está baseada nos aspectos de mercado, e sim nos aspectos institucionais. Em sua obra, ele ainda argumenta que as instituições têm histórias, e que a maioria das instituições tem dois elementos principais: a política e o chamado “*path dependence*”.

As instituições são criadas e sustentadas por grupos privados e entidades públicas nos meios políticos. As difíceis condições estabelecidas por essas instituições são capazes de promover, ou também de afastar, um equilíbrio longo de crescimento econômico. Assim, o autor estabelece que os países latino-americanos são de fato motivo de preocupação nesta análise justamente por apresentarem as condições muito enraizadas de suas instituições, e não conseguem sair do caminho estabelecidos por elas. Olhando para o início de toda essa trajetória na América Latina, podemos citar a concentração de terras e de riqueza nas mãos de poucos cidadãos; em seguida a concentração política de poderes estabelecida pela concentração econômica; como consequência, instituições foram estabelecidas que serviam as vontades das elites e falhavam em assegurar a liberdade dos indivíduos (Coatsworth, 2005).

O estudo empírico de John Coatsworth (2016) retrata que a América Latina como um todo não era subdesenvolvida em relação aos países europeus no quesito de PIB per capita, por exemplo, até meados de 1750, como visto na figura abaixo.

Table 1. *GDP per capita, 1500–2001 (in Geary-Khamis International Dollars of 1990)*

Year/ Country	USA	Spain	Latin America (1)	Argentina	Brazil	Chile	Colombia	Cuba	Mexico	Peru	United Kingdom	Eastern Europe (2)	Japan	China	Africa (3)
1500	400	661	550		400				550		714				414
1600	400	853	703						755		974				422
1700	527	853	675						755		1250				421
1800	1171		703	1194	422	539	395	1312	755	480					
1820	1257	1008	713		646				566		1706	683	669	600	420
1850	1806	1079			704			1409	592		2330	869		600	
1870	2445	1207	749	1311	713						3190	937	737	550	500
1900	4091	1789	1200	2756	678	1949	973		1157	817	4492	1438	1180	545	
1930	6213	2620	1914	4080	1048	3143	1474	1505	1618	1417	5441	1942 (4)	1850	567	
1950	9561	2189	2700	4987	1672	3821	2153	2046	2365	2263	6939	2111	1921	439	894
1980	18577	9203	5886	8206	5198	5738	4265	2664	6289	4205	12931	5786	13428	1067	1536
2001	27948	15659	6327	8137	5570	10001	5087	2477	7089	3630	20127	6027	20683	3583	1489

Sources: Maddison, *The World Economy*, op. cit. except for Mexico, in John Coatsworth, ‘Mexico’ in Joel Mokyr (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Economic History* (New York 2003), pp. 501–7; on Colombia 1800, from Salomon Kalmanovitz, ‘El PIB de la Nueva Granada en 1800: El auge colonial, estancamiento republicano’, *Revista de Economía Institucional*, vol. 8, no. 15, (2006), pp. 161–83; and other 1800 from John H. Coatsworth, ‘Economic and Institutional Trajectories in Nineteenth-Century Latin America’ in John H. Coatsworth and Alan Taylor (eds.), *Latin America and the World Economy Since 1800* (Cambridge, MA, 1998), pp. 23–54.

Notes: (1) Mexico only in 1500 and 1600; 1700 is the unweighted average of Cuba and Mexico; 1800 includes Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Cuba, Mexico, and Peru; thereafter Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Mexico, Peru, Uruguay, and Venezuela.

(2) Includes Albania, Bulgaria, Czechoslovakia, Hungary, Poland, Romania, Yugoslavia.

(3) 57 countries.

(4) 1929.

Os motivos principais elencados por Coatsworth (2016) para tal acontecimento são: a abertura da América Latina para comércio; a transferência de tecnologia europeia para as colônias; e por fim duas catástrofes que culminaram na morte de milhares de pessoas nas colônias, e com menos pessoas no cálculo, o PIB per capita aumenta. No entanto, grande parte dos trabalhos recentes a respeito da economia política da América Latina conclui que a colonização ibérica foi incapaz de criar sociedades dinâmicas o suficiente, que pudessem gerar de maneira independente inovação tecnológica ou organizacional. Por este motivo, com o passar do tempo, o PIB per capita se distanciou cada vez mais.

Entre meados do século XVIII e na segunda metade do século XIX, a maioria dos países latino-americanos começaram a ficar para trás dos norte-americanos. Coatsworth (2016) mostra que a vantagem dos norte-americanos tem grande possibilidade de ter vindo dos efeitos cumulativos de mudanças nas instituições que tornaram os direitos de propriedade mais seguros, e diminuíram os custos de transação.

Por fim, Matthew Lange (2006) exemplifica em seu texto quais foram os principais desafios enfrentados pelas populações indígenas da América Latina ao longo de todo o período colonial, até o início do século XX. Em seu texto, ele mostra que os impactos variaram de país para país uma vez que existe uma concentração não uniforme das populações indígenas nestes locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D. & ROBINSON, J. , **Por que as nações fracassam?**,^a ed., Campus Elsevier, 2012
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. . Reversal of fortune: geography and institutions in the making of modern world income distribution.. NBER Working Paper. , 2001
- Blanco, Luisa. “FINANCE, GROWTH, AND INSTITUTIONS IN LATIN AMERICA: WHAT ARE THE LINKS?” *Latin American Journal of Economics*, vol. 50, no. 2, 2013, pp. 179–208. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/90003513>. Accessed 19 Sep. 2022.
- Bull, Benedicte. “Towards a Political Economy of Weak Institutions and Strong Elites in Central America.” *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe / European Review of Latin American and Caribbean Studies*, no. 97, 2014, pp. 117–28. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/23972443>. Accessed 19 Sep. 2022.
- Coatsworth, John H. “Inequality, Institutions and Economic Growth in Latin America.” *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, no. 3, 2008, pp. 545–69. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/40056706>. Accessed 15 Nov. 2022.
- Coatsworth, John H. “Structures, Endowments, and Institutions in the Economic History of Latin America.” *Latin American Research Review*, vol. 40, no. 3, 2005, pp. 126–44. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/3662825>. Accessed 15 Nov. 2022.
- Engerman, Stanley L., et al. “Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development among New World Economies [with Comments].” *Economía*, vol. 3, no. 1, 2002, pp. 41–109. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/20065432>. Accessed 19 Sep. 2022.
- FERGUSON, Niall. **Civilização: Ocidente X Oriente**. 2. ed. [S. l.: s. n.], 2016. 456 p. ISBN 9788542208702.
- Goudsmit, Into A. “Beyond Conflict and Struggle: The Continued Appeal of Extractivism in Latin America.” *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, no. 107, 2019, pp. 151–60. JSTOR, <https://www.jstor.org/stable/26764797>. Accessed 19 Sep. 2022.

- Lange, Matthew, et al. "Colonialism and Development: A Comparative Analysis of Spanish and British Colonies." *American Journal of Sociology*, vol. 111, no. 5, 2006, pp. 1412–62. *JSTOR*, <https://doi.org/10.1086/499510>. Accessed 16 Nov. 2022.

- MORSELLI, A. . Growth and institutional changes: a historical evolution. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 292-313, 2021. DOI: 10.1590/0101-31572021-3133. Disponível em: <https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/2153>. Acesso em: 27 mar. 2022.

- NORTH, D. C., **Structure and Change in Economic History**, 1ª ed., Norton, 1981, ISBN 9780393952414 Livro Impresso

-Ray, James Lee, and Thomas Webster. "Dependency and Economic Growth in Latin America." *International Studies Quarterly*, vol. 22, no. 3, 1978, pp. 409–34. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2600322>. Accessed 15 Nov. 2022.

- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.